

QUINTO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 5ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES DA LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.

Pelo presente instrumento particular, como emissora,

(a) **LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.**, companhia aberta com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Marechal Floriano, n.º 168, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob n.º 60.444.437/0001-46, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora");

e, como agente fiduciário, representando a comunhão dos titulares das debêntures da 5ª emissão de debêntures da Emissora ("Debenturistas" e, individualmente, "Debenturista"),

(b) **GDC PARTNERS SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS DTVM LTDA.**, sociedade integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Ayrton Senna, n.º 3000, Bloco 1, Sala 317, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob n.º 10.749.264/0001-04, neste ato representada na forma do seu Contrato Social ("Agente Fiduciário");

e, como intervenientes anuentes, parcialmente obrigadas,

(c) **LIGHT S.A.**, sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Marechal Floriano, n.º 168, parte, 2º andar, corredor A, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob n.º 03.378.521/0001-75, e

(d) **LIGHT ENERGIA S.A.**, sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Marechal Floriano, n.º 168, parte, 2º andar, corredor B, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob n.º 01.917.818/0001-36 (sendo a Light S.A. e a Light Energia S.A. referidas em conjunto como as "Garantidoras"),

Considerando que:

I. a Emissora, em 11 de julho de 2012, propôs aos debenturistas, reunidos em assembleia, a alteração da metodologia de cálculo dos índices e limites financeiros (*covenants*) de maneira que a Emissora possa restabelecer a realidade — e métrica de cálculo — anterior ao advento das novas regras do IFRS, conforme pactuada na época da celebração da Escritura de Emissão ("Proposta");

II. a Proposta foi aprovada pelos debenturistas presentes à assembleia, bem como foi dada a autorização para celebração do presente aditivo com o objetivo de consolidar as alterações aprovadas;

resolvem, neste ato e na melhor forma de direito, celebrar o Quinto Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 5ª Emissão de Debêntures Simples da Light Serviços de Eletricidade S.A (“Quinto Aditamento”), conforme segue:

1. Fica alterada a cláusula quarta, item 4.11.1 (q), que passará a vigorar, a partir desta data, com a seguinte redação:

(q) decorrido 1 (um) ano da Data de Emissão e até o pagamento integral das Debêntures, não cumprimento, pela Light S.A., por 2 (dois) trimestres consecutivos ou 4 (quatro) intercalados, dos seguintes índices e limites financeiros aplicáveis à Light S.A. (“Índices e Limites Financeiros”), os quais serão verificados trimestralmente pelo Agente Fiduciário:

1) Relação entre o Total da Dívida Sênior e o EBITDA e o Total da Dívida Líquida e o EBITDA, conforme o caso:

<u>Total da Dívida Sênior</u> <u>EBITDA</u>	≤	3,5 (três inteiros e cinco décimos), para o exercício social encerrado em 2007
<u>Total da Dívida Sênior</u> <u>EBITDA</u>	≤	3,0 (três inteiros), para os trimestres fiscais e o exercício social encerrado em 2008
<u>Total da Dívida Sênior</u> <u>EBITDA</u>	≤	2,6 (dois inteiros e seis décimos), para os trimestres fiscais e o exercício social encerrado em 2009
<u>Total da Dívida Sênior</u> <u>EBITDA</u>	≤	2,5 (dois inteiros e cinco décimos), para os trimestres fiscais e o exercício social encerrados em 2010
<u>Total da Dívida Líquida</u> <u>EBITDA</u>	≤	3,0 (três inteiros), para os trimestres fiscais e o exercício social encerrados a partir de 1º de janeiro de 2011

Para os fins do disposto no item 1 acima:

"Despesa Ajustada e Consolidada de Juros Brutos" significa, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Fiadora relativas aos 4 (quatro) trimestres do ano civil imediatamente anteriores, o total de juros incidentes no montante da dívida a pagar em tal período, incluindo comissões, descontos, honorários e despesas derivadas de letras de crédito e aceite de financiamentos à medida que tais financiamentos constituam Dívida, incluindo as despesas de juros relacionadas a fundo e/ou plano de pensão;

"Dívida" significa o somatório de todas as dívidas financeiras consolidadas da Fiadora junto a pessoas físicas e/ou jurídicas, incluindo empréstimos e financiamentos com terceiros e emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não em ações, no mercado de capitais local e/ou internacional, bem como securitização de direitos creditórios/recebíveis da Fiadora e o diferencial por operações com derivativos, incluindo dívidas relacionadas a fundo e/ou plano de pensão;

"EBITDA" significa, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Fiadora relativas aos 4 (quatro) trimestres do ano civil imediatamente anteriores, o Lucro Líquido, (a) acrescido, desde que deduzido no cálculo de tal Lucro Líquido, sem duplicidade, da soma de (i) despesa de impostos sobre o Lucro Líquido; (ii) Despesa Ajustada e Consolidada de Juros Brutos, (iii) despesa de amortização e depreciação; (iv) perdas extraordinárias e não recorrentes; (v) os ajustes positivos e negativos da CVA - Conta de Ajustes das Variações da Parcela A; e (vi) outros itens operacionais que não configurem saída de caixa e que reduzam o Lucro Líquido, e (b) decrescido, desde que incluído no cálculo de tal Lucro Líquido, sem duplicidade, (i) receitas financeiras; (ii) ganhos extraordinários e não recorrentes; e (iii) outras receitas operacionais que aumentem o Lucro Líquido e que não configurem entrada de caixa;

"Lucro Líquido" significa, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Fiadora relativas aos 4 (quatro) trimestres do ano civil imediatamente anteriores, o lucro líquido (ou prejuízo), excluídos (a) o lucro líquido (ou prejuízo) de qualquer entidade, existente antes da data em que a referida entidade tornou-se uma subsidiária da Fiadora ou tenha sido incorporada ou fundida à Fiadora ou suas subsidiárias; (b) ganhos ou perdas relativos a disposição de ativos da Fiadora ou suas subsidiárias; (c) o efeito acumulado de modificações aos princípios contábeis; (d) quaisquer perdas resultantes da flutuação das taxas cambiais; (e) qualquer ganho ou perda realizado quando do término de qualquer plano de benefício de pensão de empregado; (f) lucro líquido de operações descontinuadas; e (g) o efeito fiscal de quaisquer dos itens descritos nas alíneas (a) a (f) acima;

"Caixa e Equivalentes de Caixa" incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata, com vencimento em até 3 (três) meses e sem perda significativa de valor. São classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e estão registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras, apurados pelo critério pró-rata, que equivalem aos seus valores de mercado;

"Títulos e Valores Mobiliários" incluem aplicações financeiras com vencimento superior a 3 meses e/ou que tenham restrição de resgate, não sendo caracterizados como de liquidez imediata pela Fiadora, sendo as aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio de resultado; e

"Dívida Líquida" significa "Dívida" deduzida de "Caixa e Equivalentes de Caixa" e de "Títulos e Valores Mobiliários".

1.1. Em razão da alteração mencionada no item acima, as Partes resolvem consolidar a Escritura de Emissão, conforme Anexo I ao presente Quinto Aditamento.

2. Todos os demais termos e condições da Escritura de Emissão que não tenham sido alterados expressamente por este Quinto Aditamento são, neste ato, ratificados e permanecem em pleno vigor.

3. Todos os termos iniciados com letra maiúscula e que não sejam expressamente definidos neste Quinto Aditamento terão os significados que lhes são atribuídos nos termos da Escritura de Emissão.

4. O presente Quinto Aditamento será registrado na Junta Comercial do Rio de Janeiro – JUCERJA.

5. O presente Quinto Aditamento é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando a partes por si e seus sucessores.

6. Fica eleito o foro central da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas deste Quinto Aditamento.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam o Quinto Aditamento à Escritura de Emissão a Emissora, o Agente Fiduciário e as Garantidoras, em 5 (cinco) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 11 de julho de 2012.

LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

GDC PARTNERS SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS DTVM LTDA.

Nome:
Cargo:

LIGHT S.A.

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

LIGHT ENERGIA S.A.

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

Testemunhas:

Nome:
RG:
CPF:

Nome:
RG:
CPF:

**ANEXO I ao Quinto Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 5ª
Emissão de Debêntures Simples da Light Serviços de Eletricidade S.A.**

Versão Consolidada da Escritura de Emissão

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 5ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES
SIMPLES DA LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.**

Pelo presente instrumento particular, como emissora,

(a) **LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.**, companhia aberta com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Marechal Floriano, n.º 168, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob n.º 60.444.437/0001-46, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora");

e, como agente fiduciário, representando a comunhão dos titulares das debêntures da 5ª emissão de debêntures da Emissora ("Debenturistas" e, individualmente, "Debenturista"),

(b) **GDC PARTNERS SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS DTVM LTDA.**, sociedade integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Ayrtton Senna, n.º 3000, Bloco 1, Sala 317, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob n.º 10.749.264/0001-04, neste ato representada na forma do seu Contrato Social ("Agente Fiduciário");

e, como intervenientes-anuentes, parcialmente obrigadas,

(c) **LIGHT S.A.**, sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Marechal Floriano, n.º 168, parte, 2º andar, corredor A, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob n.º 03.378.521/0001-75, e

(d) **LIGHT ENERGIA S.A.**, sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Marechal Floriano, n.º 168, parte, 2º andar, corredor B, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob n.º 01.917.818/0001-36 (sendo a Light S.A. e a Light Energia S.A. referidas em conjunto como as "Garantidoras"),

vêm por esta e em regular forma de direito celebrar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 5ª Emissão de Debêntures Simples da Light Serviços de Eletricidade S.A." ("Escritura de Emissão", "Emissão" e "Debêntures", respectivamente), em observância às seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – DA AUTORIZAÇÃO

A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a autorização da Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 11 de dezembro de 2006 (“RCA da Emissora”), nos termos do artigo 59 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (conforme alterada, “Lei das Sociedades por Ações”), bem como de acordo com as autorizações da Reunião do Conselho de Administração da Light S.A. realizada em 11 de dezembro de 2006 (“RCA da Light S.A.”) e da Assembléia Geral Extraordinária da Light Energia S.A. realizada em 11 de dezembro de 2006 (“AGE da Light Energia”).

Cláusula Segunda – DOS REQUISITOS

As Debêntures serão objeto de distribuição pública (“Oferta”), a ser realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

A Oferta será registrada na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), na forma da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976 (conforme alterada, “Lei n.º 6.385/76”), da Lei das Sociedades por Ações, bem como das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

2.2. Arquivamento na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro e Publicação das Atas da RCA da Emissora, da RCA da Light S.A. e da AGE da Light Energia

As atas da RCA da Emissora, da RCA da Light S.A. e da AGE da Light Energia serão arquivadas na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro – JUCERJA (“JUCERJA”). Nos termos da legislação em vigor, (i) a ata da RCA da Emissora será publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e nos jornais Gazeta Mercantil, edição nacional, e Jornal do Brasil, (ii) a ata da RCA da Light S.A. será publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e nos jornais Gazeta Mercantil, edição nacional, e Jornal do Commercio do Rio de Janeiro, e (iii) a ata da AGE da Light Energia será publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no Jornal do Commercio do Rio de Janeiro.

2.3. Registro da Escritura de Emissão

A presente Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão registrados na JUCERJA, de acordo com o artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.

2.4. Registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento

A Oferta será registrada na ANBID - Associação Nacional dos Bancos de Investimento ("ANBID") no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados da data de concessão do registro da Oferta pela CVM, em atendimento ao "Código de Auto-Regulação ANBID para Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", datado de 9 de maio de 2006 e registrado no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, sob n.º 4890254.

2.5. Registro para Negociação

As Debêntures serão registradas para (a) distribuição no mercado primário, por meio do SDT - Sistema de Distribuição de Títulos ("SDT"), administrado pela CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação ("CETIP"), com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA – Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro ("ANDIMA"), sendo os negócios liquidados e as Debêntures custodiadas na CETIP, e (b) negociação no mercado secundário, por meio do SND - Sistema Nacional de Debêntures ("SND"), administrado pela CETIP, com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA, sendo os negócios liquidados e as Debêntures custodiadas na CETIP. As Debêntures submeter-se-ão aos controles de compensação e liquidação da CETIP.

Cláusula Terceira – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Séries

A Emissão será realizada em uma única série.

3.2. Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão será de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais).

3.3. Quantidade de Debêntures

Serão emitidas 100.000 (cem mil) Debêntures.

3.4. Destinação de Recursos

3.4.1. Os recursos captados por meio da Oferta serão utilizados, em conjunto com recursos próprios da Emissora, exclusivamente para quitar antecipada e simultaneamente a totalidade das seguintes dívidas financeiras da Emissora contraídas

no âmbito do seu processo de renegociação de dívidas concluído no exercício social de 2005, observados os seguintes valores e condições:

- (i) aproximadamente R\$ 633.000.000,00 (seiscentos e trinta e três milhões de reais) serão utilizados para o pagamento integral da dívida representada pelo “Contrato de Crédito em Reais” celebrado entre a Emissora, o Banco Itaú S.A., na qualidade de agente do empréstimo em reais, Banco Bradesco S.A., Banco Itaú BBA S.A. e Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A., em 12 de julho de 2005, com vencimento previsto para 25 de julho de 2012 e taxa de juros correspondente à variação da Taxa DI (conforme definida abaixo) acrescida de *spread* de 2% (dois por cento) ao ano; e
- (ii) observado o disposto no item 3.4.2. abaixo, aproximadamente R\$ 367.000.000,00 (trezentos e sessenta e sete milhões) serão utilizados para o pagamento parcial da dívida representada pelo “*Amended and Restated Indenture*” celebrado entre a Emissora, a Light S.A., o JP Morgan Chase Bank NA e o JP Morgan Trust Bank Ltd em 15 de março de 2006, com vencimento previsto para 25 de julho de 2013 e taxa de juros correspondente à Libor acrescida de *spread* de 3% (três por cento) ao ano.

3.4.2. Após a realização do pagamento parcial da dívida representada pelo “*Amended and Restated Indenture*” mediante a utilização de parte dos recursos captados pela Emissora por meio da Oferta, conforme referido na alínea (ii) acima, o saldo remanescente da referida dívida, no montante de aproximadamente R\$ 466.000.000,00 (quatrocentos e sessenta e seis milhões), será objeto de pagamento pela Emissora mediante a utilização de recursos próprios.

3.5. Número da Emissão

A presente Escritura de Emissão representa a 5ª (quinta) emissão de debêntures da Emissora.

3.6. Banco Mandatário e Agente Escriturador

O banco mandatário e agente escriturador da Emissão será o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, Vila Yara, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob n.º 60.746.948/0001-12 (“Banco Mandatário”).

3.7. Limite Legal

A Emissão atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, sendo que o capital social da Emissora, na data de assinatura desta Escritura de Emissão, era de R\$ 4.315.555.640,55 (quatro bilhões, trezentos e quinze milhões, quinhentos e cinquenta e cinco mil, seiscentos e quarenta reais e cinquenta e cinco centavos).

Cláusula Quarta – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Colocação e Plano de Distribuição

4.1.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, para colocação por meio do sistema do SDT, administrado pela CETIP, mediante observância do Plano de Distribuição (conforme abaixo definido) descrito no item 4.1.2. abaixo.

4.1.2. As Debêntures serão colocadas para o público de acordo com o seguinte plano de distribuição (“Plano de Distribuição”):

4.1.2.1. As Debêntures serão colocadas para o público em geral, não existindo reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos. As instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários responsáveis pela coordenação e colocação da Oferta (“Coordenadores”), juntamente com as instituições consorciadas que sejam eventualmente contratadas pelos Coordenadores para participar da Oferta (“Instituições Consorciadas”), com expressa anuência da Emissora, organizarão a colocação das Debêntures perante os investidores interessados, podendo levar em conta suas relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica.

4.1.2.2. Para os fins do disposto no artigo 14, § 2º, e no artigo 24 da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2004 (“Instrução CVM n.º 400/03”), a Emissão e a Oferta não poderão ser aumentadas, a critério da Emissora ou dos Coordenadores.

4.1.2.3. Nos termos do artigo 30 da Instrução CVM n.º 400/03 e conforme deliberação da RCA, a Oferta somente poderá ser concluída mediante distribuição total das Debêntures.

4.1.2.4. Na hipótese de não conclusão da Oferta após o seu início, por qualquer motivo, os investidores que já tiverem subscrito e integralizado Debêntures receberão, da Emissora, por meio dos Coordenadores e das Instituições Consorciadas, os montantes utilizados na integralização de Debêntures no prazo a ser indicado no anúncio de início da Oferta (“Anúncio de Início”), que não será superior a 5 (cinco) dias úteis contados da data de publicação de anúncio informando sobre a não conclusão da Oferta, deduzidos dos encargos e tributos devidos, corrigidos pela Remuneração (conforme definida no item 4.9. abaixo), calculada *pro rata temporis* desde a data de integralização até a data de restituição dos valores pela Emissora aos investidores.

4.1.2.5. Na hipótese de restituição de quaisquer valores aos investidores, conforme previsto acima, os investidores deverão fornecer recibo de quitação relativo aos valores restituídos, bem como efetuar a devolução dos boletins de subscrição das Debêntures cujos valores tenham sido restituídos.

4.1.3. A colocação das Debêntures ao público investidor somente terá início após a concessão do registro da Oferta pela CVM e a publicação do Anúncio de Início. O Anúncio de Início da Oferta somente será publicado na Data de Emissão (conforme definida abaixo) ou após referida data.

4.2. Data de Emissão das Debêntures

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 22 de janeiro de 2007 (“Data de Emissão”).

4.3. Valor Nominal Unitário das Debêntures

O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) (“Valor Nominal Unitário”).

4.4. Forma e Conversibilidade

4.4.1. As Debêntures serão da forma escritural, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.4.2. Não serão emitidos certificados representativos das Debêntures. Para todos os fins e efeitos, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pela instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures, o Banco Mandatário. Adicionalmente, para as Debêntures depositadas na CETIP, esta expedirá “Relatório de Posição de Ativos”, o qual será acompanhado de extrato em nome do

titular da Debênture emitido pela instituição financeira responsável pela custódia desses títulos.

4.5. Espécie e Garantia Fidejussória

4.5.1. As Debêntures serão da espécie quirografária.

4.5.2. Como garantia adicional ao fiel e pontual cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora com relação às Debêntures, as Garantidoras, neste ato, obrigam-se como fiadoras e principais devedoras das obrigações relativas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão, conforme disposto no item 4.18. desta Cláusula Quarta (“Garantia Fidejussória”).

4.6. Preço de Subscrição e Forma de Integralização

4.6.1. As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de sua efetiva subscrição e integralização.

4.6.2. As Debêntures serão integralizadas em moeda corrente nacional, à vista, no ato da subscrição.

4.7. Prazo de Vencimento

As Debêntures terão prazo de 7 (sete) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 22 de janeiro de 2014 (“Data de Vencimento”).

4.8. Amortização Programada

O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado trimestralmente, a partir de 22 de janeiro de 2008 (inclusive), de acordo com o cronograma abaixo (as “Amortizações Programadas” e as “Datas de Amortização Programada”, respectivamente), sendo que o montante a ser pago pela Emissora em cada Data de Amortização Programada será correspondente ao percentual do Valor Nominal Unitário não amortizado, conforme indicado a seguir:

Data da Amortização	Percentual do Valor Nominal Unitário objeto da Amortização
22 de janeiro de 2008	1,25%
22 de abril de 2008	1,25%
22 de julho de 2008	0,50%
22 de outubro de 2008	0,50%

22 de janeiro de 2009	0,50%
22 de abril de 2009	0,50%
22 de julho de 2009	0,50%
22 de outubro de 2009	0,50%
22 de janeiro de 2010	1,75%
22 de abril de 2010	1,75%
22 de julho de 2010	1,75%
22 de outubro de 2010	9,75% (Amortização Extraordinária)
22 de janeiro de 2011	1,59%
22 de abril de 2011	1,59%
22 de julho de 2011	1,59%
22 de outubro de 2011	1,59%
22 de janeiro de 2012	4,54%
22 de abril de 2012	4,54%
22 de julho de 2012	4,54%
22 de outubro de 2012	4,54%
22 de janeiro de 2013	6,13%
22 de abril de 2013	6,13%
22 de julho de 2013	6,13%
22 de outubro de 2013	6,13%
22 de janeiro de 2014	30,46%

4.9. Remuneração

4.9.1. A remuneração das Debêntures contemplará juros remuneratórios, a partir da Data de Emissão, incidentes sobre seu Valor Nominal Unitário não amortizado e estabelecidos com base na acumulação das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros DI, *Extra Grupo*, expressa na forma percentual ao ano, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) e no jornal “Gazeta Mercantil”, edição nacional, ou, na falta deste, em outro jornal de grande circulação (“Taxa DI”), acrescida exponencialmente de *spread* de 1,75% (um inteiro e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, observado o disposto no item 4.9.1.1. abaixo (“Acréscimo sobre a Taxa DI”, sendo a Taxa DI e o Acréscimo sobre a Taxa DI referidos em conjunto como a “Remuneração”). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures desde a Data de Emissão, ou a data de vencimento do último Período de Capitalização (conforme definido abaixo), conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = \{VNe \times [(FatorDI \times FatorSpread) - 1]\},$$

onde:

J = valor da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário para o primeiro Período de Capitalização ou Valor Nominal Unitário não amortizado no caso dos demais Períodos de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator DI = produtório das Taxas DI, na data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)],$$

onde:

n_{DI} = número total de Taxas DI, sendo " n_{DI} " um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{dK}{252}} - 1,$$

onde:

k = 1, 2, ..., n

DI_k = Taxa DI divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais; e

d_k = número de dias úteis correspondentes ao prazo de validade da Taxa DI, sendo " d_k " um número inteiro e na Data de Emissão correspondente a 1; e

FatorSpread = Sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, conforme fórmula abaixo:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{N}} \right] \right\}$$

onde:

spread = 1,75 (ou 1,5, no caso previsto no item 4.9.1.1. abaixo);

N = 252; e

n = número de dias úteis entre a próxima Data de Pagamento de Remuneração e a Data de Pagamento de Remuneração anterior, sendo "n" um número inteiro.

Observações:

- (i) O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.
- (ii) Efetua-se o produtório dos fatores $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.
- (iii) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.
- (iv) O fator resultante da expressão $(\text{Fator DI} \times \text{FatorSpread})$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

4.9.1.1. O Acréscimo sobre a Taxa DI referido no item 4.9.1. acima será reduzido para 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ("Novo Percentual de Acréscimo sobre a Taxa DI"), a qualquer momento durante a vigência das Debêntures, sem a necessidade de celebração de instrumento particular de aditamento à presente Escritura de Emissão, caso a agência de *rating* (necessariamente a Standard & Poor's ou a Moody's América Latina) a ser contratada pela Emissora nos termos do item 5.1.(o) abaixo atribua às Debêntures classificação de risco correspondente ou superior a "A-" da Standard & Poor's ou "A3" da Moody's América Latina, em escala nacional.

4.9.1.2. Na hipótese prevista no item 4.9.1.1. acima, a redução do percentual correspondente ao Acréscimo sobre a Taxa DI será imediatamente comunicada pela Emissora aos titulares de Debêntures por meio da publicação de "Aviso aos Debenturistas", na forma do item 4.17., sendo que tal novo percentual correspondente

ao Acréscimo sobre a Taxa DI passará a ser utilizado para cálculo da Remuneração devida a partir da data imediatamente subsequente à publicação do Aviso aos Debenturistas referido acima.

4.9.1.3. Na hipótese de redução do percentual correspondente ao Acréscimo sobre a Taxa DI nos termos do item 4.9.1.1. acima, o Novo Percentual de Acréscimo sobre a Taxa DI permanecerá inalterado ainda que se verifique posterior rebaixamento da classificação de risco atribuída às Debêntures pela agência de *rating* que venha a ser contratada pela Emissora nos termos do item 5.1.(o) abaixo (necessariamente a Standard & Poor's ou a Moody's América Latina).

4.9.2. A Remuneração será devida trimestralmente, a partir da Data de Emissão, sendo o pagamento da Remuneração realizado no dia 22 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano (cada data de pagamento da Remuneração, uma "Data de Pagamento de Remuneração"). A primeira Data de Pagamento da Remuneração será o dia 22 de abril de 2007 e a última será a Data de Vencimento.

4.9.3. O período de capitalização da Remuneração ("Período de Capitalização") é o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na Data de Pagamento de Remuneração do respectivo período.

4.9.4. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

4.9.5. Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada em sua substituição, para apuração de TDI_k a última Taxa DI divulgada até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os titulares de Debêntures quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nos itens abaixo quanto à definição do novo parâmetro de remuneração das Debêntures.

4.9.6. Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI às Debêntures por proibição legal ou judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos contados (i) do primeiro dia em que a Taxa DI não tenha sido divulgada pelo prazo superior a 10 (dez) dias consecutivos ou (ii) do primeiro dia em que a Taxa DI não possa ser utilizada por proibição legal ou judicial, convocar Assembléia Geral de

Debenturistas (no modo e prazos previstos no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para deliberar, em comum acordo com a Emissora, observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM n.º 13/03 e/ou regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser aplicado. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração e quando do cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, será utilizada a última Taxa DI divulgada para apuração de TDI_k , não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os titulares de Debêntures quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures.

4.9.7. Caso não haja acordo sobre a nova remuneração entre a Emissora e titulares de Debêntures representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com seu conseqüente cancelamento, no prazo de 60 (sessenta) dias corridos contados da data da realização da respectiva Assembléia Geral de Debenturistas ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, sendo que para a apuração de TDI_k será utilizado o valor da última Taxa DI divulgada.

4.10. Repactuação Programada

As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

4.11. Vencimento Antecipado

4.11.1. As seguintes hipóteses serão consideradas como eventos de vencimento antecipado das Debêntures, quando o Agente Fiduciário deverá observar o disposto nesse item 4.11. e, se for o caso, declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures em circulação acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a última Data de Pagamento de Remuneração, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento:

- (a) não cumprimento de qualquer obrigação pecuniária da Emissora nas respectivas datas de vencimento, conforme descrito nesta Escritura de Emissão;

- (b) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou pedido de falência ou auto-falência envolvendo a Emissora e/ou as Garantidoras que não tenha depósito elisivo no prazo máximo permitido pela legislação aplicável;
- (c) perda da concessão para distribuição de energia elétrica pela Emissora;
- (d) dissolução e/ou liquidação da Emissora e/ou das Garantidoras;
- (e) não cumprimento de qualquer obrigação não pecuniária da Emissora e/ou das Garantidoras, conforme o caso, nos termos desta Escritura de Emissão;
- (f) inadimplemento cruzado (*cross default*) e vencimento antecipado cruzado (*cross acceleration*) com relação a obrigações pecuniárias da Emissora e/ou das Garantidoras envolvendo valores superiores a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), consideradas individualmente ou em conjunto (desde a Data de Emissão e enquanto as Debêntures estiverem em circulação);
- (g) não cumprimento de decisões judiciais finais e irrecorríveis contra a Emissora e/ou contra as Garantidoras envolvendo valores superiores a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), consideradas individualmente ou em conjunto (desde a Data de Emissão e enquanto as Debêntures estiverem em circulação);
- (h) protesto de títulos contra a Emissora e/ou as Garantidoras envolvendo valores superiores a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), considerados individualmente ou em conjunto (desde a Data de Emissão e enquanto as Debêntures estiverem em circulação), salvo se, no prazo legal, o protesto seja sustado ou cancelado, ou tenha sua exigibilidade suspensa;
- (i) alteração do objeto social da Emissora e/ou das Garantidoras, de forma que (i) a Emissora deixe de atuar na distribuição e comercialização de energia elétrica ou (ii) a Light S.A. deixe de ter como objetivo principal a participação em sociedades que atuem na geração, distribuição e/ou comercialização de energia elétrica ou (iii) a Light Energia S.A. deixe de atuar na atividade de geração de energia elétrica;
- (j) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos do artigo 220 da Lei das Sociedades por Ações;

- (k) insolvência de qualquer das Garantidoras ou caso a Light Energia S.A. deixe de ter autorização para exercer atividade de geração de energia sem que a(s) sociedade(s) insolvente(s) ou a Light Energia S.A. no caso acima referido seja(m) substituída(s) pela Emissora como fiadora(s), principal(is) pagadora(s) e solidariamente responsável(is) pela dívida representada pelas Debêntures, conforme disposto no item 4.18.6. abaixo;
- (l) não substituição das Garantidoras como fiadoras, principais pagadoras e solidariamente responsáveis pela dívida representada pelas Debêntures e não constituição de fiança bancária nos termos do item 4.18.7. abaixo, na hipótese de alteração do controle acionário das Garantidoras (exceto a alienação do controle da Light Energia S.A. juntamente com a quitação do Instrumento Particular de Assunção Imperfeita de Dívida, celebrado entre a Emissora e a Light Energia S.A. em 31 de outubro de 2005 (“Contrato de Assunção de Dívida”), conforme disposto na cláusula 4.11.1.(n)(e) abaixo);
- (m) contratação de endividamento pela Light Energia S.A. em valores superiores a R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) sem que a dívida objeto do Contrato de Assunção de Dívida, tenha sido integralmente quitada de acordo com os seus termos e condições;
- (n) prática de qualquer dos seguintes atos sem a autorização de titulares de Debêntures representando 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação, deliberada em Assembléia Geral de Debenturistas:
 - a. alienação de ativos relevantes pela Emissora e/ou pelas Garantidoras, durante um mesmo período de 12 (doze) meses, considerando-se como ativos relevantes aqueles cujo valor de venda, individual ou em conjunto, seja igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), sendo que o primeiro período de 12 (doze) meses acima referido inicia-se na Data de Emissão e o último encerra-se na Data de Vencimento;
 - b. constituição de quaisquer ônus ou gravames sobre os ativos relevantes da Emissora e/ou das Garantidoras, durante um mesmo período de 12 (doze) meses (exceto se para prestação de garantias em processos judiciais ou administrativos ou para garantir o cumprimento de contratos de compra de energia celebrados pela Emissora), considerando-se como ativos relevantes aqueles cujo valor individual ou em conjunto seja igual ou superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), sendo que o

primeiro período de 12 (doze) meses acima referido inicia-se na Data de Emissão e o último encerra-se na Data de Vencimento;

- c. concessão de empréstimos pela Emissora a quaisquer terceiros, em valor, individual ou em conjunto, superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) (desde a Data de Emissão e enquanto houver Debêntures em circulação);
- d. concessão de aval ou fiança ou qualquer garantia pela Emissora em favor de terceiros em valor, individual ou em conjunto, superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) (desde a Data de Emissão e enquanto houver Debêntures em circulação);
- e. cessão, transferência ou qualquer forma de modificação da composição do controle acionário ou societário direto e/ou indireto da Emissora e/ou das Garantidoras, exceto (i) eventual operação de alienação de controle da Light Energia S.A. que contemple o prévio pagamento à Emissora de todos os valores devidos pela Light Energia S.A. em decorrência do Contrato de Assunção de Dívida, (ii) eventual alienação de ações de emissão da Light S.A. de titularidade da Rio Minas Energia Participações ("RME"), desde que a RME continue a ser titular de mais do que 50% (cinquenta por cento) do capital votante da Light S.A. e que não tenha havido alteração na composição do bloco de controle da RME, e (iii) transferência de ações da Light S.A. detidas pela RME aos atuais acionistas da RME, na mesma proporção em que tais acionistas participam do capital social da RME, desde que referidos acionistas continuem a exercer conjuntamente o controle da Light S.A. e estejam vinculados a acordo de acionistas ("Acordo de Acionistas Light") cujos termos sejam substancialmente iguais aos do acordo de acionistas celebrado entre Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, Andrade Gutierrez Concessões S.A., JLA Participações S.A. e Pactual Latin America Power Fund Ltd., em 23 de março de 2006;
- f. alteração de quaisquer termos e condições do Contrato de Assunção de Dívida;
- g. envolvimento da Emissora em qualquer operação de cisão, fusão ou incorporação, exceto na hipótese de ser assegurado o direito de resgate das Debêntures aos seus respectivos titulares, nos termos do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações;

- h. envolvimento das Garantidoras em qualquer operação de cisão, fusão ou incorporação, com exceção de operações realizadas dentro do “Grupo Econômico” da Emissora e/ou das Garantidoras e que não resultem na alteração do controle acionário direto ou indireto da Emissora e/ou das Garantidoras, exceto a alteração de controle de que tratam os itens (i), (ii) e (iii) da alínea (e) acima. Para os fins do disposto nesta Escritura de Emissão entende-se como integrante do “Grupo Econômico” qualquer das seguintes entidades: RME, Light S.A. e respectivas subsidiárias, bem como as sociedades controladas por tais subsidiárias;
- i. constituição de qualquer operação de derivativos de crédito no mercado internacional que resulte na transferência e/ou a transferência, pela LIR Energy Ltd. ou pelo Deutsche Bank AG, ou por qualquer sociedade do Grupo Econômico, a quaisquer terceiros (salvo se realizada para a Light S.A. e respectivas subsidiárias ou para qualquer sociedade controlada por tais subsidiárias), das notas de emissão da Emissora (Fixed Rate Notes) nos valores de US\$ 575.000.000,00 (quinhentos e setenta e cinco milhões de dólares) e US\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de dólares) em favor do Deutsche Bank AG, datadas, respectivamente, de 29 de março de 2000 e 20 de junho de 2000, atualmente detidas pelo Deutsche Bank AG;
- (o) ressalvado o pagamento de dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, a distribuição, pela Emissora, de dividendos, juros sobre o capital próprio ou qualquer outra participação no lucro, caso qualquer das hipóteses previstas neste item 4.11.1. tenha ocorrido, ainda que o vencimento antecipado das obrigações da Emissora previstas na presente Escritura de Emissão não tenha sido declarado; e
- (p) caso a partir da data em que os atuais acionistas controladores da RME passem a deter diretamente ações de emissão da Light S.A. (na hipótese de transferência das ações da Light S.A. detidas pela RME aos atuais acionistas da RME nos termos do item (iii) da alínea (e) acima) seja verificada qualquer alteração ou descumprimento relevante, rescisão, denúncia ou término da vigência do Acordo de Acionistas Light; e
- (q) decorrido 1 (um) ano da Data de Emissão e até o pagamento integral das Debêntures, não cumprimento, pela Light S.A., por 2 (dois) trimestres consecutivos ou 4 (quatro) intercalados, dos seguintes índices e limites financeiros aplicáveis à Light S.A.

("Índices e Limites Financeiros"), os quais serão verificados trimestralmente pelo Agente Fiduciário:

1) Relação entre o Total da Dívida Sênior e o EBITDA e o Total da Dívida Líquida e o EBITDA, conforme o caso:

<u>Total da Dívida Sênior</u> EBITDA	≤	3,5 (três inteiros e cinco décimos), para o exercício social encerrado em 2007
<u>Total da Dívida Sênior</u> EBITDA	≤	3,0 (três inteiros), para os trimestres fiscais e o exercício social encerrado em 2008
<u>Total da Dívida Sênior</u> EBITDA	≤	2,6 (dois inteiros e seis décimos), para os trimestres fiscais e o exercício social encerrado em 2009
<u>Total da Dívida Sênior</u> EBITDA	≤	2,5 (dois inteiros e cinco décimos), para os trimestres fiscais e o exercício social encerrados em 2010
<u>Total da Dívida Líquida</u> EBITDA	≤	3,0 (três inteiros), para os trimestres fiscais e o exercício social encerrados a partir de 1º de janeiro de 2011

Para os fins do disposto no item 1 acima:

"Despesa Ajustada e Consolidada de Juros Brutos" significa, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Fiadora relativas aos 4 (quatro) trimestres do ano civil imediatamente anteriores, o total de juros incidentes no montante da dívida a pagar em tal período, incluindo comissões, descontos, honorários e despesas derivadas de letras de crédito e aceite de financiamentos à medida que tais financiamentos constituam Dívida, incluindo as despesas de juros relacionadas a fundo e/ou plano de pensão;

"Dívida" significa o somatório de todas as dívidas financeiras consolidadas da Fiadora junto a pessoas físicas e/ou jurídicas, incluindo empréstimos e financiamentos com terceiros e emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não em ações, no mercado de capitais local e/ou internacional, bem como securitização de direitos

creditórios/recebíveis da Fiadora e o diferencial por operações com derivativos, incluindo dívidas relacionadas a fundo e/ou plano de pensão;

"EBITDA" significa, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Fiadora relativas aos 4 (quatro) trimestres do ano civil imediatamente anteriores, o Lucro Líquido, (a) acrescido, desde que deduzido no cálculo de tal Lucro Líquido, sem duplicidade, da soma de (i) despesa de impostos sobre o Lucro Líquido; (ii) Despesa Ajustada e Consolidada de Juros Brutos, (iii) despesa de amortização e depreciação; (iv) perdas extraordinárias e não recorrentes; (v) os ajustes positivos e negativos da CVA - Conta de Ajustes das Variações da Parcela A; e (vi) outros itens operacionais que não configurem saída de caixa e que reduzam o Lucro Líquido, e (b) decrescido, desde que incluído no cálculo de tal Lucro Líquido, sem duplicidade, (i) receitas financeiras; (ii) ganhos extraordinários e não recorrentes; e (iii) outras receitas operacionais que aumentem o Lucro Líquido e que não configurem entrada de caixa;

"Lucro Líquido" significa, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Fiadora relativas aos 4 (quatro) trimestres do ano civil imediatamente anteriores, o lucro líquido (ou prejuízo), excluídos (a) o lucro líquido (ou prejuízo) de qualquer entidade, existente antes da data em que a referida entidade tornou-se uma subsidiária da Fiadora ou tenha sido incorporada ou fundida à Fiadora ou suas subsidiárias; (b) ganhos ou perdas relativos a disposição de ativos da Fiadora ou suas subsidiárias; (c) o efeito acumulado de modificações aos princípios contábeis; (d) quaisquer perdas resultantes da flutuação das taxas cambiais; (e) qualquer ganho ou perda realizado quando do término de qualquer plano de benefício de pensão de empregado; (f) lucro líquido de operações descontinuadas; e (g) o efeito fiscal de quaisquer dos itens descritos nas alíneas (a) a (f) acima;

"Caixa e Equivalentes de Caixa" incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata, com vencimento em até 3 (três) meses e sem perda significativa de valor. São classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e estão registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras, apurados pelo critério pró-rata, que equivalem aos seus valores de mercado;

"Títulos e Valores Mobiliários" incluem aplicações financeiras com vencimento superior a 3 meses e/ou que tenham restrição de resgate, não sendo caracterizados como de liquidez imediata pela Fiadora, sendo as aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio de resultado; e

"Dívida Líquida" significa "Dívida" deduzida de "Caixa e Equivalentes de Caixa" e de "Títulos e Valores Mobiliários".

2) Relação de Cobertura de Juros:

EBITDA

≥ 2,25 (dois inteiros e vinte e cinco centésimos),

Despesa Ajustada e Consolidada de Juros Brutos	para o exercício social encerrado em 2007
<u>EBITDA</u>	≥ 2,5 (dois inteiros e cinco décimos), para os
Despesa Ajustada e Consolidada de Juros Brutos	trimestres fiscais e os exercícios sociais encerrados a partir de 1º de janeiro de 2008

Para os fins do disposto no item 2 acima:

“Relação de Cobertura de Juros” significa, ao final de qualquer trimestre fiscal, a divisão do (a) somatórios do EBITDA dos quatro últimos trimestres fiscais consecutivos anteriores a tal data, pelo (b) somatório da Despesa Ajustada e Consolidada de Juros Brutos dos quatro últimos trimestres fiscais consecutivos anteriores a tal data.

4.11.1.1. Para os fins de que trata essa Escritura de Emissão, “Data de Vencimento Antecipado” será qualquer uma das seguintes datas: (i) na hipótese dos eventos previstos nas alíneas (a), (b), (c), (d), (j) e (n) do item 4.11.1. acima, será a data em que ocorrer qualquer dos eventos ali referidos, quando o vencimento antecipado das Debêntures será declarado automaticamente pelo Agente Fiduciário; (ii) ocorrendo os demais eventos previstos nas alíneas do item 4.11.1. acima, será a data para a qual seja convocada a Assembléia Geral de Debenturistas de que trata o item 4.11.2. abaixo, ainda que tal Assembléia Geral de Debenturistas não se realize por falta de quorum, exceto se tal Assembléia Geral determinar a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o quorum previsto no item 4.11.3. abaixo.

4.11.2. Na ocorrência de qualquer dos eventos previstos no item 4.11.1. acima, com exceção dos eventos previstos nas alíneas (a), (b), (c), (d), (j) e (n) acima, em que o vencimento antecipado das Debêntures será declarado automaticamente pelo Agente Fiduciário, independentemente de deliberação de Assembléia Geral de Debenturistas, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data em que for constatada a ocorrência do referido evento ou do fim do período de cura, conforme o caso, Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a eventual declaração do vencimento antecipado das Debêntures.

4.11.3. Após a realização da Assembléia Geral de Debenturistas mencionada no item 4.11.2. acima, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures, a menos que titulares de Debêntures que representem pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação optem por não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, hipótese na qual não haverá vencimento antecipado das Debêntures.

4.11.4. Uma vez declaradas antecipadamente vencidas todas as obrigações da Emissora decorrentes das Debêntures, o Agente Fiduciário deverá comunicar o fato à Emissora, à CETIP e ao Banco Mandatário por meio do envio de correspondência com aviso de recebimento, nos endereços indicados nesta Escritura de Emissão. As correspondências ora referidas deverão ser enviadas pelo Agente Fiduciário no prazo de até 2 (dois) dias contados da Data de Vencimento Antecipado das Debêntures.

4.11.5. Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures em circulação acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura da Emissão, em até 10 (dez) dias contados da comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora, nos termos da Cláusula Nona desta Escritura de Emissão, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 4.13. abaixo.

4.11.5.1. As Debêntures objeto do procedimento descrito no item 4.11.5. acima serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora.

4.12. Amortização Extraordinária

4.12.1. A Emissora reserva-se o direito de amortizar antecipadamente as Debêntures em circulação a qualquer momento a partir da Data de Emissão, mediante publicação de “Aviso aos Debenturistas” com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis da data pretendida para pagamento da amortização (“Amortização Extraordinária”).

4.12.2. A Amortização Extraordinária poderá ser total ou parcial, pelo Valor Nominal Unitário não amortizado acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a última Data de Pagamento de Remuneração, conforme o caso, até a data de pagamento da Amortização Extraordinária das Debêntures, acrescida de prêmio equivalente a: (a) 1,25% (um inteiro e vinte e cinco centésimos por cento), caso a Amortização Extraordinária das Debêntures ocorra no período entre 22 de janeiro de 2007, inclusive, e 21 de janeiro de 2008, inclusive; ou (b) 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento), caso a Amortização Extraordinária das Debêntures ocorra no período entre 22 de janeiro de 2008, inclusive, e 21 de janeiro de 2009, inclusive, ou (c) 0,20% (vinte centésimos por cento), caso a Amortização Extraordinária das Debêntures ocorra no período entre 22 de janeiro de 2009, inclusive, e 21 de julho de 2009,

inclusive, conforme o caso ("Prêmio de Amortização"). Caso a Amortização Extraordinária ocorra após 22 de julho de 2009, inclusive, a Emissora poderá realizá-la sem o pagamento de qualquer Prêmio de Amortização aos titulares de Debêntures.

4.12.2.1. O Prêmio de Amortização será calculado sobre o somatório do valor da Amortização Extraordinária e da Remuneração devida.

4.12.3. A Amortização Extraordinária parcial deverá atingir todas as Debêntures em circulação, na mesma proporção.

4.13. Multa e Juros Moratórios

Ocorrendo impontualidade no pagamento, pela Emissora, de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures, inclusive a Remuneração prevista no item 4.9., os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre as quantias em atraso.

4.14. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

Sem prejuízo do disposto no item 4.13. acima, o não comparecimento do titular de Debêntures para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe assegurado, todavia, o direito adquirido até a data do respectivo vencimento.

4.15. Local de Pagamento

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP. As Debêntures que não estiverem custodiadas na CETIP terão os seus pagamentos realizados por meio do Banco Mandatário.

4.16. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, até o primeiro dia útil subsequente, se o respectivo vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo ou do Rio de Janeiro, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.17. Publicidade

Todos os atos e decisões relevantes decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos titulares de Debêntures, a critério razoável da Emissora, em comum acordo com o Agente Fiduciário, deverão ser publicados sob a forma de “Aviso aos Debenturistas” no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no Jornal do Commercio, edição nacional, utilizados pela Emissora para efetuar as publicações ordenadas pela Lei das Sociedades por Ações e pela CVM.

4.18. Constituição da Garantia Fidejussória

4.18.1. Como garantia ao fiel e pontual cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora com relação às Debêntures, as Garantidoras, neste ato, declaram-se, em caráter irrevogável e irretratável, fiadoras, principais pagadoras e solidariamente responsáveis (sem prejuízo do disposto no item 4.18.1.1. abaixo) pela dívida representada pelas Debêntures perante o Agente Fiduciário.

4.18.1.1. Nos termos do artigo 829 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (“Código Civil”), a Garantia Fidejussória neste ato prestada pela Light Energia S.A. será limitada ao valor correspondente a 17,48% (dezessete inteiros e quarenta e oito centésimos por cento) dos Valores Afiançados (conforme definido abaixo), sendo que a Light S.A. será responsável pelo montante total da dívida da Emissora referente aos Valores Afiançados.

4.18.2. Sem prejuízo do disposto no item 4.18.1.1. acima, a Garantia Fidejussória é prestada em caráter solidário e universal, compreendendo o total da dívida representada pelas Debêntures e todos os seus acessórios, inclusive a Remuneração, juros moratórios, multa convencional e outros acréscimos, bem como encargos decorrentes de eventuais ações judiciais que venham a ser propostas pelos titulares de Debêntures para assegurar os seus direitos nos termos desta Escritura de Emissão (“Valores Afiançados”).

4.18.3. As Garantidoras, neste ato, renunciaram expressamente aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 366, 827, 834, 835, 837, 838 e 839 do Código Civil.

4.18.4. Cabe ao Agente Fiduciário, na qualidade de representante da comunhão dos Debenturistas, conforme função que lhe é atribuída pela Lei das Sociedades por Ações, requerer a execução da Garantia Fidejussória em caso de não pagamento, pela Emissora, de quaisquer dos Valores Afiançados. Nesses casos, as Garantidoras pagarão ao Agente Fiduciário os valores devidos aos titulares de Debêntures, na qualidade de beneficiários da Garantia Fidejussória ("Valores Executados"), no prazo de 48 (quarenta e oito horas) contados do recebimento de notificação por escrito do Agente Fiduciário, observando-se o disposto no item 4.18.1.1. acima.

4.18.4.1. Na hipótese de execução da Garantia Fidejussória nos termos do item 4.18.4. acima e pagamento, pelas Garantidoras, ao Agente Fiduciário, dos Valores Executados, o Agente Fiduciário atuará como depositário fiel dos referidos Valores Executados nos termos e para os efeitos dos artigos 627 e seguintes do Código Civil, responsabilizando-se pela transferência dos Valores Executados aos titulares das Debêntures, na qualidade de beneficiários da Garantia Fidejussória, no prazo máximo de 1 (um) dia útil contado da respectiva data de recebimento.

4.18.4.2. Para todo e qualquer pagamento que venha a ser efetuado pelas Garantidoras, em cumprimento da Garantia Fidejussória ora outorgada, ocorrerá a sua sub-rogação, em todos os direitos, ações, privilégios e garantias do credor primitivo, em relação à dívida contra a Emissora.

4.18.5. A Garantia Fidejussória entrará em vigor na Data de Emissão, expirando, independentemente de notificação ao Agente Fiduciário: (i) com o pagamento integral dos Valores Afiançados, ficando as Garantidoras, a partir de tal data, automaticamente desobrigadas de efetuar qualquer pagamento com base nesta Cláusula e a Emissora desobrigada de efetuar qualquer pagamento aos titulares de Debêntures e/ou (ii) mediante ocorrência de substituição das Garantidoras, observado o disposto nos itens 4.18.6. a 4.18.8. abaixo.

4.18.6. Caso qualquer das Garantidoras se torne insolvente durante o prazo de vigência das Debêntures ou caso a Light Energia S.A. deixe de ter autorização da ANEEL para exercer atividade de geração de energia, deverá o Agente Fiduciário requerer a sua substituição, que deverá ser realizada pela Emissora no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento, pela Emissora, de notificação solicitando a substituição de qualquer das Garantidoras.

4.18.7. Na hipótese de alteração do controle acionário (direto ou indireto) da Emissora e/ou das Garantidoras, para entidades que não sejam integrantes do Grupo Econômico, (i) a Emissora deverá nomear novo fiador mediante prévia aprovação de titulares de Debêntures representando 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação ou (ii) a Emissora providenciará a constituição de fiança bancária concedida por Instituições Financeiras Elegíveis (conforme definidas abaixo) em benefício dos titulares de Debêntures. Para os fins do disposto neste item, são consideradas “Instituições Financeiras Elegíveis” as seguintes instituições: Banco ABN Amro Real S.A., Banco do Brasil S.A., Bradesco, Banco BNP Paribas Brasil S.A., Caixa Econômica Federal, Banco Citibank S.A., HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo, Banco Itaú S.A., Itaú BBA, Banco Safra S.A., Banco Santander S.A., Unibanco, Banco Votorantim S.A., Credit Suisse Brasil S.A. e Banco UBS S.A. Para efeito desse item 4.18.7., caso a Instituição Financeira Elegível prestadora da referida fiança encerre suas atividades de instituição financeira no Brasil, a mesma deverá ser substituída por outra Instituição Financeira Elegível ou outro fiador nos moldes citados na alínea (i) acima.

4.18.8. Exceto nas hipóteses previstas nos itens 4.18.6. e 4.18.7. acima, as Garantidoras somente poderão ser substituídas mediante prévia aprovação de titulares de Debêntures representando 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação reunidos em Assembléia Geral de Debenturistas.

Cláusula Quinta – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

(a) Fornecer ao Agente Fiduciário:

- (i) cópia de seus demonstrativos financeiros anuais completos, na mesma data em que tais demonstrativos forem entregues à CVM, acompanhados de parecer dos auditores independentes, demonstrativos estes que serão preparados de acordo com a regulamentação brasileira e os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (ii) as informações previstas na Instrução CVM n.º 202, de 6 de dezembro de 1993 (ou qualquer outra que venha a substituí-la), com a mesma periodicidade do envio dessas informações à CVM;

- (iii) dentro de, no máximo, 120 (cento e vinte) dias corridos após o término de cada exercício social, declaração do Diretor de Relação com Investidores da Emissora atestando o cumprimento das obrigações da Emissora descritas nesta Escritura de Emissão, bem como relatório demonstrativo do cumprimento dos Índices e Limites Financeiros, explicitando as rubricas e descrevendo as contas consideradas nos cálculos dos Índices e Limites Financeiros (conforme definido abaixo);
- (iv) dentro de, no máximo, 60 (sessenta) dias corridos após o término de cada trimestre em que os Índices e Limites Financeiros devam ser cumpridos, relatório demonstrativo do cumprimento dos Índices e Limites Financeiros, explicitando as rubricas e descrevendo as contas consideradas nos cálculos dos Índices e Limites Financeiros;
- (v) dentro de 10 (dez) dias úteis, qualquer informação que, razoavelmente, lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário;
- (vi) cópia das informações periódicas e eventuais pertinentes à Instrução CVM n.º 202/93, com a mesma periodicidade prevista para o envio dessas informações à CVM;
- (vii) na mesma data da publicação, as informações veiculadas na forma prevista no item 4.17. acima;
- (viii) avisos aos titulares de Debêntures, fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração que de alguma forma envolvam o interesse dos titulares de Debêntures, a exclusivo critério da Emissora, nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM n.º 202/93 ou, se ali não previstos, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que forem (ou devessem ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;
- (ix) informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, imediatamente após o descumprimento, sem prejuízo do disposto na alínea (f) abaixo;

- (x) informações sobre a constituição de ônus ou gravames de qualquer natureza sobre ativos da Emissora e/ou das Garantidoras para garantir processos judiciais ou administrativos ou para garantir o cumprimento de contratos de compra de energia celebrados pela Emissora, no prazo de 15 (quinze) dias da respectiva constituição; e
 - (xi) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário;
- (b) submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
 - (c) manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta na CVM e disponibilizar aos seus acionistas e aos titulares de Debêntures as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações;
 - (d) manter, em adequado funcionamento, um órgão para atender, de forma eficiente, os titulares de Debêntures ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
 - (e) convocar, nos termos da Cláusula Sétima, Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
 - (f) informar o Agente Fiduciário imediatamente sobre a ocorrência de qualquer evento previsto no item 4.11. da Cláusula Quarta desta Escritura de Emissão;
 - (g) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
 - (h) não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
 - (i) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nas condições financeiras, econômicas, comerciais,

operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora e/ou das Garantidoras que (i) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento, pela Emissora ou pelas Garantidoras, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures ou (ii) faça com que as demonstrações ou informações financeiras fornecidas pela Emissora à CVM não mais reflitam a real condição financeira da Emissora;

- (j) manter seus bens e ativos devidamente segurados, conforme práticas correntes;
- (k) não praticar qualquer ato em desacordo com o seu Estatuto Social e com esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os titulares das Debêntures;
- (l) salvo nos casos em que, de boa fé, a Emissora esteja discutindo a aplicabilidade da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial, cumprir, em todos os aspectos relevantes, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- (m) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Mandatário, o Agente Fiduciário e sistema de negociação no mercado secundário por meio do SND;
- (n) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão;
- (o) contratar agência de *rating* (necessariamente a Standard & Poor's ou a Moody's América Latina) para atribuir classificação de risco às Debêntures no prazo de 1 (um) ano contado da Data de Emissão, obrigando-se, a partir de referida contratação, a: (i) manter contratada durante todo o prazo de vigência das Debêntures a agência de *rating* para que esta divulgue relatório com periodicidade pelo menos anual, (ii) manter atualizada, pelo menos anualmente e enquanto houver Debêntures em circulação, a classificação de risco que venha a ser atribuída às Debêntures, (iii) divulgar

ou permitir que a agência de *rating* divulgue relatório com a súmula da classificação de risco das Debêntures e suas respectivas atualizações, (iv) entregar ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco das Debêntures no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de seu recebimento, e (v) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário qualquer alteração da classificação de risco atribuída às Debêntures;

- (p) manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável; e
- (q) assegurar a transferência, pela LIR Energy Ltd. à Emissora, de todos os valores recebidos do Deutsche Bank AG em decorrência da obrigação representada pelas Credit Linked Floating Rate Notes no valor de US\$ 700.000.000,00 (setecentos milhões de dólares), com vencimento em 2010, emitidas pelo Deutsche Bank AG em 24 de julho de 2002, conforme aditada em 5 de novembro de 2002 ("CLNs"). Para possibilitar o cumprimento dessa obrigação, a Emissora e as Garantidoras obrigam-se a não transferir o controle acionário da LIR Energy Ltd. para terceiros que não sejam sociedades controladas direta ou indiretamente pela Light S.A.

5.2. As despesas a que se refere a alínea (n) do item 5.1. acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- (b) extração de certidões;
- (c) despesas de viagem, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário, sendo que os valores relativos a essas despesas estarão limitados àqueles usualmente incorridos pela Emissora em relação aos seus próprios empregados, para suas viagens e hospedagem; e
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos titulares de Debêntures.

5.2.1. O crédito do Agente Fiduciário, por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos titulares de Debêntures, que não tenha sido saldado na forma da alínea (n) do item 5.1. desta Cláusula Quinta, será acrescido à dívida da Emissora preferirá a estas na ordem de pagamento.

5.2.2. Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos titulares de Debêntures deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos titulares de Debêntures e, posteriormente conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos titulares de Debêntures incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante dos titulares de Debêntures. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos titulares de Debêntures, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos titulares de Debêntures para cobertura do risco de sucumbência.

Cláusula Sexta – DO AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora nomeia e constitui agente fiduciário da Emissão, a **GDC PARTNERS SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS DTVM LTDA.**, acima qualificada, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante ela, Emissora, os interesses da comunhão dos titulares de Debêntures.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara sob as penas da lei, que:

- (a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (b) conhece e aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas Cláusulas e condições;
- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
- (f) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28/1983;
- (g) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (h) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- (i) a Garantia Fidejussória prestada pelas Garantidoras nos termos desta Escritura de Emissão foi regularmente constituída, sendo suficiente e exeqüível nos termos da legislação vigente; e
- (j) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

6.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, remuneração a ser paga em observância ao disposto abaixo:

- a) O valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), devidos na data da assinatura do aditamento à Escritura de Emissão, a título de implantação da emissão;
- b) O valor trimestral de R\$ 7.750,00 (sete mil, setecentos e cinquenta reais), devido o 1º (primeiro) pagamento na data de assinatura do aditamento à Escritura de Emissão, e os demais pagamentos a cada 3 (três) meses a contar da data da assinatura do aditamento à Escritura de Emissão, até o resgate total das Debêntures;

- c) Caso a Emissora não esteja adimplente com todas as suas obrigações assumidas na Escritura de Emissão das Debêntures ou em caso de reestruturação prévia das condições das Debêntures, será devido ao Agente Fiduciário uma remuneração adicional correspondente a R\$ 385,00 (trezentos e oitenta e cinco reais) por hora-homem de trabalho adicional em sua sede ou fora dela, que caso este trabalho adicional seja desenvolvido em fração de horas, este valor de 1 (uma) hora será *pro-rateado* à razão de 20 (vinte) minutos, mesmo que incompletos, dedicado pelos profissionais designados pelo Agente Fiduciário para (i) a assessoria aos titulares das Debêntures, (ii) o comparecimento em reuniões com a Emissora, (iii) o comparecimento em reuniões com os titulares das Debêntures em assembléia geral, (iv) a implementação das conseqüentes decisões dos titulares das Debêntures e da Emissora, e para (v) a execução das garantias ou das Debêntures, remuneração adicional a qual deverá ser paga pela Emissora no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a entrega de relatório demonstrativo de tempo dedicado, com o mínimo de R\$ 5.200,00 (cinco mil e duzentos reais) por mês durante o período em que a Emissora permanecer nesta situação;
- d) Caso sejam estabelecidas novas garantias ou *covenant* que ultrapassem em número a garantia e *covenant* estabelecidos na Escritura de Emissão, será devido adicionalmente o valor de R\$ 575,00 (quinhentos e setenta e cinco reais) mensais por cada garantia ou *covenant* adicional que deva ser verificado pelo Agente Fiduciário em periodicidade semestral ou anual;
- e) Os valores previstos acima serão atualizados anualmente pela variação acumulada do IPCA/IBGE a partir de abril de 2010;
- f) As remunerações não incluem as eventuais despesas com publicações, taxas, emolumentos, autenticações de documentos, despachantes para obtenção de certidões, registros, cópias xerográficas, ligações interurbanas, transporte, alimentação, viagens e hospedagens, entre outras, que se fizerem necessárias para a prestação dos nossos serviços, a serem cobertas pela Emissora;
- g) Os valores descritos acima serão acrescidos dos tributos incidentes sobre a remuneração (ISS, PIS, COFINS, IR, CSLL e outros que porventura venham a incidir), nas alíquotas vigentes correspondentes ao regime de tributação de lucro real pelas instituições financeiras nas respectivas datas de pagamento, de tal forma que estes valores correspondem a valores líquidos de todos os tributos incidentes sobre a prestação de serviços de agente fiduciário pelas instituições financeiras;
- h) As remunerações serão devidas mesmo após o vencimento das Debêntures caso o Agente Fiduciário permaneça atuando na cobrança de cumprimento de obrigações da Emissora, e não incluem o pagamento de honorários de terceiros especialistas, tais como auditores independentes, advogados, consultores financeiros, entre outros;

i) No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos debenturistas para cobertura do risco da sucumbência; e

j) Caso a totalidade das Debêntures seja resgatada integralmente antes do seu vencimento, será devido, na data do resgate integral, o próximo valor subsequente estabelecido no item b acima.

6.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCERJA, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários ao referido registro;

- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os titulares de Debêntures acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do Foro da sede da Emissora;
- (h) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- (i) verificar o cumprimento pela Emissora da obrigação prevista no item 5.1.(o) acima, bem como encaminhar à ANBID o relatório de classificação de risco das Debêntures (*rating*) objeto de atualização ali previsto, no prazo máximo de 15 (quinze) dias da sua veiculação;
- (j) convocar, quando necessário, a Assembléia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações;
- (k) comparecer à Assembléia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (l) elaborar relatórios destinados aos titulares de Debêntures, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:
 - i. eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - ii. alterações estatutárias ocorridas no período;
 - iii. comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;

- iv. posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - v. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
 - vi. declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;
 - vii. declaração acerca da regularidade, suficiência e exeqüibilidade da Garantia Fidejussória prestada pelas Garantidoras nos termos desta Escritura de Emissão;
 - viii. Amortizações Programadas, Amortizações Extraordinárias e pagamentos de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - ix. acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora; e
 - x. relação dos bens e valores entregues à sua administração.
- (m) disponibilizar o relatório a que se refere o inciso anterior aos titulares de Debêntures até o dia 30 de abril de cada ano. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
- i. na sede da Emissora;
 - ii. na sede do Agente Fiduciário;
 - iii. na CVM;
 - iv. na CETIP;
 - v. na sede dos Coordenadores; e
 - vi. na sede das Instituições Consorciadas que sejam eventualmente contratadas pelos Coordenadores para participar da Oferta.

- (n) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos titulares de Debêntures que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados na alínea anterior;
- (o) manter atualizada a relação dos titulares de Debêntures e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações à Emissora, ao Banco Mandatário e à CETIP;
- (p) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- (q) notificar os titulares de Debêntures, se possível individualmente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos da ocorrência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;
- (r) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (s) acompanhar, calcular e apurar os Índices e Limites Financeiros, na periodicidade prevista nesta Escritura de Emissão;
- (t) verificar a regularidade, suficiência e exeqüibilidade da Garantia Fidejussória prestada pelas Garantidoras nos termos desta Escritura de Emissão.

6.6. Sem prejuízo do disposto no item 4.11. acima, o Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos titulares de Debêntures na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- (b) requerer a falência da Emissora, nos termos da legislação aplicável;

- (c) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos titulares de Debêntures; e
- (d) representar os titulares de Debêntures em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora.

6.7. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembléia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 5 (cinco) dias úteis antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo agente fiduciário superior à ora avençada.

6.7.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos titulares de Debêntures, solicitando sua substituição.

6.7.2. É facultado aos titulares de Debêntures, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembléia Geral Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

6.7.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembléia Geral de Debenturistas.

6.7.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM n.º 28/1983 e eventuais normas posteriores.

6.7.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado na JUCERJA junto com a presente.

6.7.5.1 O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos titulares de Debêntures em forma de aviso nos termos do item 4.17. acima.

6.7.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

Cláusula Sétima – DA ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS

7.1. Os titulares de Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembléia Geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares de Debêntures.

7.2. A Assembléia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

7.3. Aplicar-se-á à Assembléia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas.

7.3.1. A presidência da Assembléia Geral de Debenturistas caberá, conforme quem a tenha convocado, na forma do item 7.2. desta Cláusula Sétima, respectivamente, ao Agente Fiduciário, à Emissora, ao titular de Debêntures eleito pelos demais titulares de Debêntures presentes ou àquele que for designado pela CVM.

7.4. A Assembléia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, metade das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

7.5. Cada Debênture em circulação conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, cujas deliberações, ressalvadas as exceções previstas nesta Escritura de Emissão e no item abaixo, serão tomadas por titulares de Debêntures representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.

7.5.1. Sem prejuízo de outras deliberações descritas nesta Escritura de Emissão, quaisquer alterações no prazo de vigência das Debêntures, no fluxo da Amortização Programada, na Garantia Fidejussória, na Remuneração (com exceção da deliberação de que trata o item 4.9.7. acima), no quorum de deliberação das assembléias gerais de debenturistas e nos eventos de vencimento antecipado, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, deverão ser aprovadas por titulares de Debêntures representando 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.

7.6. Para efeito da constituição do quorum de instalação e deliberação a que se refere esta Cláusula Sétima, serão consideradas como Debêntures em circulação aquelas Debêntures emitidas pela Emissora que ainda não tiverem sido resgatadas e/ou liquidadas, excluídas do número de tais Debêntures aquelas que a Emissora possuir em tesouraria ou que sejam pertencentes ao(s) acionista(s) controlador(es) (direto(s) ou indireto(s)) da Emissora ou a qualquer de suas controladas e coligadas, bem como aos respectivos diretores ou conselheiros e parentes de segundo grau de qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

7.7. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembléias Gerais de Debenturistas.

7.8. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembléia Geral de Debenturistas para prestar aos titulares de Debêntures as informações que lhe forem solicitadas.

Cláusula Oitava – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA E DAS GARANTIDORAS

8.1. A Emissora neste ato declara que:

- (a) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia aberta de acordo com as leis brasileiras;
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as

obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;

- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, assim como a emissão e a distribuição pública das Debêntures não infringem ou contrariam, sob qualquer aspecto material, (a) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (c) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (e) a Emissora tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas, sendo certo que o contrato de concessão celebrado pela Emissora com o Poder Concedente ainda não foi aditado de forma a refletir o processo de desverticalização implementado pela Emissora nos exercícios sociais de 2005 e 2006, em observância ao disposto na Lei n. 10.848/2004;
- (f) a Emissora está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, inclusive com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social. A Emissora está obrigada ainda, a proceder a todas as diligências exigidas para realização de suas atividades, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos Municipais, Estaduais e Federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;

- (g) as Demonstrações Financeiras da Emissora, datadas de 31 de dezembro de 2003, 2004 e 2005, assim como as informações financeiras referentes aos períodos encerrados em 30 de setembro de 2005 e 2006, representam corretamente a posição financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora de forma consolidada;
- (h) os prospectos preliminar e definitivo da Oferta (em conjunto, o “Prospecto”) contém nesta data e conterá, na data de publicação do Anúncio de Início, todas as informações relevantes em relação à Emissora, no contexto da Emissão e necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de suas condições financeiras, lucros, perdas, perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas;
- (i) as informações e declarações contidas no Prospecto em relação à Emissora e à Oferta são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes;
- (j) exceto pelas contingências informadas no Prospecto, não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, em suas condições financeiras ou outras, ou em suas atividades, que possam afetar a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;
- (k) não há qualquer ligação entre ela e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- (l) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo mas não se limitando à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Oferta aos fins previstos no item 3.4. desta Escritura de Emissão;
- (m) esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida, eficaz e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições; e

- (n) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da Remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade da Emissora, em observância ao princípio da boa-fé.

8.2. Cada Garantidora neste ato declara que:

- (i) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (ii) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias à celebração desta Escritura de Emissão, à outorga da Garantia Fidejussória e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (iii) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (iv) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão não infringem ou contrariam, sob qualquer aspecto material, (a) qualquer contrato ou documento no qual a Garantidora seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Garantidora ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Garantidora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (c) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Garantidora ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (v) tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o

exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas, sendo certo que o contrato de concessão celebrado pela Emissora com o Poder Concedente ainda não foi aditado de forma a refletir o processo de desverticalização implementado pela Emissora nos exercícios sociais de 2005 e 2006, em observância ao disposto na Lei n. 10.848/2004;

- (vi) está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, inclusive com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social;
- (vii) as Demonstrações Financeiras da Garantidora, datadas de 31 de dezembro de 2005, assim como as informações financeiras referentes ao período encerrado em 30 de setembro de 2006, representam corretamente a posição financeira da Garantidora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Garantidora de forma consolidada;
- (viii) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão;
- (ix) a Garantia Fidejussória constitui uma obrigação legal, válida, eficaz e vinculativa, de acordo com os termos e condições descritos no item 4.18. acima, tendo sido objeto de aprovação pelos órgãos administrativos competentes, de acordo com os seu estatuto social e outros documentos e contratos de que seja parte.

8.3. Sem prejuízo do disposto nos itens 8.1. e 8.2. acima, a Emissora e as Garantidoras declaram e garantem que foram obtidas todas as autorizações e/ou dispensas necessárias para realização (i) da reestruturação societária envolvendo a Emissora, suas controladoras, controladas, coligadas e subsidiárias, relativa ao processo de desverticalização das atividades de distribuição, geração e transmissão de energia elétrica, em cumprimento ao disposto na Lei n.º 10.848/04, exceto com relação às participações societárias detidas pela Emissora nas sociedades LIR Energy Ltd. e Light

Overseas Investments Limited, as quais foram autorizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL até 31 de dezembro de 2006, e da (ii) operação de transferência de controle acionário por meio da qual a RME passou a ser o acionista controlador da Light S.A.

Cláusula Nona – DAS NOTIFICAÇÕES

9.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

Light Serviços de Eletricidade S.A.
Avenida Marechal Floriano, n.º 168, parte
20080-002 - Rio de Janeiro - RJ

At.: Sr. João Batista Zolini Carneiro
Tel.: (21) 2211-7900
Fax: (21) 2211-2777
E-mail: joao.zolini@light.com.br

At.: Sr. Luiz Felipe Negreiros de Sá
Tel.: (21) 2211-7005
Fax: (21) 2211-2549
E-mail: felipe.sa@light.com.br

Para o Agente Fiduciário:

GDC Partners Serviços Fiduciários DTVM LTDA.
Avenida Ayrton Senna, n.º 3000, Bloco 1, Sala 317
22775-003 - Rio de Janeiro - RJ

At.: Sr. Juarez Dias Costa
Tel.: (21) 2490-4305
Fax: (21) 2490-3062
E-mail: gdc@gdcdtvm.com.br

Para as Garantidoras:

Light S.A.

Avenida Marechal Floriano, n.º 168, parte
20080-002 - Rio de Janeiro - RJ

At.: Sr. João Batista Zolini Carneiro
Tel.: (21) 2211-7900
Fax: (21) 2211-2777
E-mail: joao.zolini@light.com.br

At.: Sr. Luiz Felipe Negreiros de Sá
Tel.: (21) 2211-7005
Fax: (21) 2211-2549
E-mail: felipe.sa@light.com.br

Light Energia S.A.
Avenida Marechal Floriano, n.º 168, parte
20080-002 - Rio de Janeiro - RJ

At.: Sr. João Batista Zolini Carneiro
Tel.: (21) 2211-7900
Fax: (21) 2211-2777
E-mail: joao.zolini@light.com.br

At.: Sr. Luiz Felipe Negreiros de Sá
Tel.: (21) 2211-7005
Fax: (21) 2211-2549
E-mail: felipe.sa@light.com.br

Para o Banco Mandatário e Agente Escriurador:

Banco Bradesco S.A.
Cidade de Deus, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara
Osasco – SP

At.: Sr. Luis Cláudio de Freitas Coelho Pereira
Sr. José Donizetti de Oliveira
Tel.: (11) 3684-4522
Fax: (11) 3684-5645
E-mail: bradescocustodia@bradesco.com.br

Para a CETIP:

Rua Líbero Badaró, n.º 425, 24º andar
01009-905 - São Paulo – SP

At.: Sra. Ana Maria Bergamo
Tel.: (11) 3111-1403
Fax.: (11) 3115-1664
E-mail: annamaria@cetip.com.br

9.2. As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra parte pela parte que tiver seu endereço alterado.

Cláusula Dez – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos titulares de Debêntures em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda supra, obrigando as partes por si e seus sucessores.

10.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

Cláusula Onze – DO FORO

11.1. Fica eleito o foro central da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

=====

[fim do Anexo I]